

**DIZER PARA NÃO MAIS PENSAR; PENSAR PARA NÃO DIZER:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E DISCURSO
FALADO**

Jaçanã Ribeiro (UFSC)

A apresentação propõe uma reflexão sobre o acontecimento e o traço poético da língua, na esteira da questão dos espaços não logicamente estabilizados do discurso, aqueles sobre os quais incidem as disciplinas de interpretação. Segundo Pêcheux, falando de uma língua que não se acha, toda conversa, “desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto”, é suscetível de colocar em jogo uma desestabilização lógica do discurso com efeitos para si-mesmo e/ou para os outros. A intenção é abordar o funcionamento do traço poético no discurso filosófico, campo afetado, como diz Pêcheux, de uma não-estabilização referencial, justamente na prática poética do debate filosófico.

Para tal farei referência ao texto de Michel Foucault, *A verdade e as formas jurídicas*, no que diz respeito à apresentação de um método de análise do discurso em consonância com uma concepção de anti-natural de conhecimento, cara a Nietzsche. Esse modo de compreender a verdade está ligado ao jogo poético da linguagem, uma vez que afirma a noção de verdade como metáfora.

A partir da leitura de alguns aforismos de *A Gaia Ciência*, a invenção do conhecimento é afirmada em detrimento de uma origem, que seria a natureza humana, qualquer disposição natural do ser humano a conhecer. Segundo interpreta Foucault, o conhecimento não tem uma origem, não sendo um instinto nem o que harmonizaria os instintos, mas aquilo que nasce do embate entre os instintos, uma “centelha entre espadas”, cujo efeito não é da mesma ordem do material das espadas.

Se não há nada na natureza humana que seja a origem do conhecimento, e este se produz sempre como resultado polêmico e estratégico de um embate, tampouco há qualquer semelhança, afinidade prévia entre conhecimento e coisas a conhecer: “o discurso é uma violência que fazemos às coisas”, nos diz Foucault¹. Com essa dupla negação, em si mesma polêmica, há uma dupla ruptura como saber tradicional: desde Descartes e também em Kant, a unidade e soberania do sujeito do conhecimento, garantida pela existência de Deus, garantia por sua vez a afinidade entre o conhecimento e as coisas. Ora, como argumenta Foucault, é o próprio ser da linguagem que rompe essas continuidades fundadoras: Deus não ilumina mais a opacidade entre as palavras e as coisas, desaparece no murmúrio indefinido do discurso. O Homem, o sujeito seguiria-lhe os passos².

Segundo essa interpretação, o conhecimento será sempre perspectivo, uma vez que será sempre o resultado histórico e pontual de condições que não são da ordem do conhecimento: jogo estratégico e polêmico de forças em presença que determinam o conhecimento como efeito. Como efeito, portanto, de uma relação entre saber-e-poder, poder-e-saber.

Esse tema da relação entre poder e saber, que Foucault lê em Nietzsche, é, em alguns aforismos, louvado como herança da sofística (“os mestres”). Foucault mesmo, no curso *A Vontade de Saber*, comenta a idéia de materialidade e de temporalidade dos jogos sofisticos, bem como a coloca como alvo da separação platônica entre poder e saber.

Uma das noções comentadas é o *kairós* sofisticado, a concepção da temporalidade da/na *poesis* sofisticada. *Kairós* é o tempo do instante, que não volta, é o tempo da

¹ Cf. *A ordem do discurso*.

² Conforme toda discussão sobre o papel da gramática na crença em Deus (Nietzsche) e a multiplicidade das formas de subjetividade em Foucault (*A verdade e as formas jurídicas*).

enunciação. Diferentemente do tempo dividido em identidades, a abertura do kairós é o lugar da possibilidade do diferente.

A chamada exclusão do regime sofístico do discurso pelo *Górgias* e posteriormente pelas *Refutações Sofísticas*, se sustenta numa exterioridade que delimita duas falhas: o sentido sem referência e o significante sem sentido. Em primeiro lugar, no sentido sem referência, o fora se institui pela sua distância em relação à falta de um dos termos da equivalência sentido = essência, nesse caso a existência de algo que tenha uma essência delimitável no mundo e que corresponda a um sentido no discurso. O exemplo clássico das *Refutações* (o do bode-cervo) inaugura para o pensamento lógico futuro o hábito de reear a existência de “pseudo-nomes próprios desprovidos de denotação”, como no exemplo moderno de Frege, com *Ulisses*. Frege, na esteira da crítica ao sentido sem referência, diz que não nos contentamos com o sentido na medida em que nossa pulsão de verdade nos faz passar do sentido à denotação, passagem impossibilitada por essa imperfeição da linguagem. Outra imperfeição, esta tão comentada e discutida na psicanálise depois de Lacan, que fabricou um significante para dela falar de maneira que “se possa sussurrar os contrários”, é o caso do significante sem sentido, *l’un-sens*, ou homonímia. O diagnóstico de Aristóteles com relação à homonímia a coloca também como um mal inerente à finitude da linguagem: “As palavras e a quantidade dos enunciados são em número limitado, ao passo que as coisas são em número ilimitado. É portanto necessário que um mesmo enunciado e uma única palavra signifiquem várias coisas”.

A “defesa” de Nietzsche e de Foucault aos sofistas, contra esse regime de exclusão aristotélico-platônico, sustenta-se na inclusão desses mecanismos de linguagem no processo de conhecimento. A relação entre a materialidade da linguagem com a abertura do tempo é de fundamental importância para se pensar uma ontologia. Uma leitura contemporânea do

kairós como instância do poético é a do filósofo italiano Antonio Negri, que concebe essa relação entre kairós e verdade na produção da unidade (feita de dissensos) no funcionamento do nome comum. Segundo o filósofo, o nome é um dispositivo nominal de apreensão do real; sua produção se dá no evento de conhecer, kairós, do nomear como singularidade.

Negri mesmo diz estar em Foucault a base para essa experiência de crítica ao platonismo ancestral que nega “direito ao real, potência ao evento e que reconduz tudo sempre a uma lei que antecederia qualquer coisa” (*idem*, p. 24). Contrariamente a uma visão parmediana que afirma a identidade da coisa à sua essência no nome, na identidade entre sujeito e predicado, a consideração de criação do nome como kairós, a partir de bases materialistas, permite situar a coisa no tempo, subordinando, como no pensamento sofisticado, o espaço à temporalidade. Kairós, para Negri, é assim entendido como a experiência da temporalidade na linguagem, na qual o ser do nome se abre para seu porvir. “A verdade de um nome só pode ser dada pela sua insistência no *kairòs*. Portanto, o nome não tem, propriamente, lugar (espaço). Mas um nome é dito e ouvido: ele vive na linguagem. Dessa forma, revela uma espacialidade especialíssima, a do ser lingüístico. Dito de outra maneira: o nome não exige da linguagem sua própria verdade porque já a pediu ao *kairòs*. Mas encontra na linguagem um lugar onde “habitar”” (NEGRI, 2003, p. 49).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Arte Retórica*. 16ª ed. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2005.
- NEGRI, A. *Kairòs, Alma Vênus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- PECHÊUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.